

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Profusão de nomes à direita beneficia Boulos

A direita ficará dividida em São Paulo?

Três pesquisas divulgadas esta semana no município de São Paulo apresentam resultados díspares sobre a corrida pela prefeitura. Talvez pelas diferenças de metodologia quanto ao tamanho de cada segmento pesquisado, algo que o cientista político Antônio Lavareda já abordou. Mas há um ponto em comum que une os levantamentos da Atlas/CNN, Paraná

Pesquisas e Datafolha. A entrada na disputa de outros candidatos do campo conservador – Pablo Marçal (PRTB) e José Luiz Datena (PSDB) – complicou a vida do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Com os dois em cena, cresceram os números de Guilherme Boulos (Psol). O que se questiona é: diante da evidência de prejuízo para Nunes, a direita terminará mesmo dividida?

Boulos

A Atlas/CNN foi a que capotou maior vantagem para Boulos com a entrada na disputa de Marçal e Datena. No caso, sua vantagem sobre Ricardo Nunes fica ampla: 37,2% contra 20,5%. Marçal fica em terceiro, com 10,4%, à frente de Tabata Amaral (PSB), com 9,9%.

Empate

Já o Datafolha indica um empate entre Boulos e Nunes, com uma pequena vantagem dentro da margem de erro para o deputado do Psol: 24% A 23%. O Paraná destoa: mostra Nunes à frente (28,1% contra 24,2%), com Datena, no caso, à frente de Tabata.

Rovena Rosa/Agência Brasil



Outros conservadores tiram votos de Nunes

Tabata não tira votos de Boulos, mas de Nunes

Dentro da equipe de campanha de Boulos, a presença na eleição de Tabata Amaral não parece ser um problema. Há quem avalie que ela não tira votos dele, mas também tira votos de Ricardo Nunes. Diante da profusão de candidaturas que vão do centro para a direita, as opções do eleitor conservador ficaram

divididas. Há ainda na disputa outro nome desse campo, o deputado Kim Kataguiri (União Brasil). A manutenção desse quadro mantém Boulos vivo na disputa. O eventual risco para ele, porém, é que seus adversários também fazem a leitura da pesquisa. E, nessas horas, o campo da direita costuma ser mais pragmático.

Datena

Nos seus ensaios pela política, o apresentador Datena já passou por nada menos que 11 partidos diferentes até chegar ao PSDB. Há poucos dias, estava no PSB e dizia que iria apoiar Tabata. Datena desistiu de todas as disputas até agora. É prudente apostar fichas nele?

Marçal

Para além de ter colocado em risco a vida de 32 pessoas numa execução à Serra da Mantiqueira, o influenciador digital Pablo Marçal sempre foi tido como alguém próximo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Irá até o fim se perceber riscos aos planos da direita?

Crucial

O levantamento das últimas pesquisas nas capitais feito pelo Correio da Manhã mostra o quanto São Paulo vai ficando crucial. Para a esquerda, que perde na maioria, a vitória de Boulos seria uma redenção importante, conquistando a principal cidade do país.

2026

Para a direita, manter a capital paulista seria, diante do quadro de vantagem que hoje as pesquisas apontam na maior parte das capitais, ponto importante para pavimentar um retorno em 2026. Na Sampa da Garoa, está em jogo o futuro do Brasil inteiro.

Por que o Governo perde tanto no Congresso?

Ao Correio, especialistas analisam os motivos dos atritos

Por Gabriela Gallo

Apesar de ter sido adiada mais de duas vezes, a primeira sessão conjunta do Congresso Nacional para avaliar os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não trouxe o resultado esperado pelo governo federal, apesar das tentativas de negociações. Destaques de interesse do Executivo, como a derrubada do PL das Saidinhas e a permanência do veto de criminalização de fake news durante o período eleitoral (do ex-presidente Jair Bolsonaro), produziram um resultado negativo para o governo e evidenciam em larga margem a falta de entendimento entre os poderes.

Para a reportagem, o cientista político Rócio Barreto destacou que “o governo Lula tem mostrado uma fragilidade imensa nesse terceiro mandato frente ao Congresso Nacional”.

“O governo não consegue ter uma bancada mínima para garantir a aprovação dos seus projetos; Coisas simples ele não consegue manter. Tudo isso só amplia a fragilidade frente à opinião pública”, destacou.

Endêmico

O professor de Ciência Política no Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) André Rosa também pontuou ao Correio da Manhã que essa divergência entre poderes Executivo e Legislativo está formada desde as eleições de 2022, com um parlamento conservador e muito voltado à pauta bolsonarista. “Por mais que tenha articulação, liberação de emenda, orçamento, essa configuração formada nas eleições de 2022 é um problema endêmico que vai ser problema até o final do mandato”, ele disse à reportagem.

Isso se reflete especialmente



Lula Marques/Agência Brasil

Sessão dos vetos presidenciais foi sucessão de derrotas para o governo

na discussão da pauta de costumes. Como se evidenciou na última sessão quando os parlamentares derrubaram vetos do presidente Lula, proibindo o uso de verbas do Orçamento, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, para ações como aborto seguro e cirurgia de mudança de sexo.

Orçamento

Porém, o governo federal teve algumas vitórias na sessão de vetos. Os parlamentares mantiveram o veto que derruba trechos da LDO que estabeleciam um calendário de liberação obrigatória de emendas parlamentares. Com esse trecho derrubado, o governo tem maior liberdade para encaminhar as emendas – o que abre brecha para, por exemplo, liberações em vésperas de votações de interesse como forma de negociação.

Na avaliação do cientista político Isaac Sassi, apesar de o governo ter enfrentado algumas derrotas, as vitórias trazem maiores benefícios, por garantir controle e equilíbrio do orçamento federal.

“Do ponto de vista pragmático, o que equivale mais: ganhar um veto que foi dado pelo presidente passado ou manter o controle do orçamento? A política existe para garantir o orçamento. Agora, o governo pode negociar o pagamento de emendas com os parlamentares para as votações dos projetos de interesses”, destacou.

Ele ainda pontuou os Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLNs), que ditam sobre o orçamento. Na sessão de vetos, os parlamentares aprovaram dez projetos de créditos que somam R\$ 4,7 bilhões para o Orçamento de 2024. Desse total, R\$ 2,8 bilhões para o Ministério da Saúde e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Mudanças

Baseado nas derrotas e vitórias do governo nas negociações com o Congresso Nacional fica o questionamento: o governo pode reverter essa situação? Como?

Para Rócio Barreto, este é o momento do governo realizar uma nova reforma. “Há muitos

ministérios, estatais e empresas na mão do Centrão. Porém, essa troca não está sendo correspondida. O governo cede os ministérios, as empresas, e não tem uma contrapartida”, afirmou Barreto.

Ele ainda sugeriu uma troca de representantes no primeiro escalão. “São ministros que não estão correspondendo com a necessidade. Num presidencialismo de coalizão, o governo precisa conversar com os parlamentares e essa conversa tem que ser assídua, tem que ser permanente”, destacou.

Na mesma linha de raciocínio, a Consultora de Legislativo da BMJ Consultores Associados Leticia Mendes avalia a necessidade de o governo ter uma figura com maior presença e melhor relação com o Legislativo. “O governo ainda não tem uma base contundente dentro da casa. No veto das saidinhas, as bancadas do MDB e PSD votaram contra o governo. Tem sido observado que a liberação de emendas não tem sido suficiente para construir essa base, e os parlamentares esperam essa proximidade”, pontuou Leticia Mendes.

Câmara se concentra na regulamentação da tributária

Mário Agra/Câmara dos Deputados

Por Ana Paula Marques

Durante todo o mês de junho, o Grupo de Trabalho (GT) da Câmara dos Deputados para a regulamentação da reforma tributária irá reunir-se de segunda a quinta-feira e nesta semana não será diferente. Na segunda-feira (3), por exemplo, o GT discute as normas gerais do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) sobre operações com especialistas.

Apesar de ter outras pautas importantes pela frente, os próximos dias devem concentrar os deputados na discussão da tributária. Na terça-feira (4), o grupo deve se reunir em duas sessões, uma pela manhã, onde tratará do modelo operacional do IBS/CBS e outra pela tarde, quando devem discutir a respeito dos novos impostos sobre exportações e importações, regimes aduaneiros especiais, regimes de bens de capital e zonas de processamento de exportações.

Na quarta-feira (5), também serão duas sessões. Uma sobre o cashback (sistema que devolverá parte da cobrança de impostos sobre água, gás e energia para a população mais carente), a cesta básica e a tributação sobre os demais alimentos. Na outra sessão, a discussão será sobre regimes diferenciados, profissões regulamentadas, serviços de educação e saúde, entre outros. A última sessão da semana será na quinta-feira (6), na qual os deputados devem discutir os regimes específicos e continuarão o debate sobre regimes diferenciados.



GT da Tributária fará seis reuniões esta semana

GT

O grupo de trabalho pretende entregar seu relatório até o final deste semestre legislativo, que se encerra em julho. Até lá, serão realizadas oito audiências públicas e reuniões com técnicos do governo. O objetivo é chegar a um texto de consenso no grupo, já que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) não definiu nenhum relator para os dois projetos, enviados pelo governo a Casa.

Lira somente dividiu os parlamentares em dois grupos, um que já analisa o PLP 68/24 e outro que ainda espera o envio do outro projeto para a regulamentação. Embora analistas considerem que a decisão de não escolher relator nos grupos pode atrasar a chegada de um consenso e, assim, postergar a tramitação, o presidente da Casa, Lira, por meio da sua assessoria, disse ao Correio da Manhã que a sua

intenção, ao contrário, é acelerar a discussão ao máximo. Segundo sua assessoria, ele declarou na reunião do colégio de líderes da semana passada que pretende entregar o texto entre os dias 17 e 20 de julho.

Senado

Já no Senado Federal, o presidente, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a prioridade da Casa nesta semana deverá ser a votação do projeto de lei que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). É nele que consta um “jabuti”, que estabelece a cobrança de imposto, com alíquota de 20%, para as importações de produtos até US\$ 50. É a taxa de produtos que são comprados em plataformas como Shopee e Shein, o que fez a medida ganhar o apelido de “imposto chinês”, pela origem da maioria dessas plataformas e dos produtos vendidos, ou “imposto das blusinhas”. No jargão parla-

mentar, “jabuti” significa as inclusões de textos em projetos que nada têm a ver com a proposta original. Atualmente, tais importações eram isentas.

Segundo Pacheco, o texto só não foi votado na quarta pela falta de tempo, mas garantiu que levará a proposta aos líderes para verificar se é possível levar o projeto direto ao plenário do Senado. O senador Rodrigo Cunha (Podemos/AL) deve ser designado como relator da proposta na Casa.

Mover

Quase deixado de lado, o Programa Mover tem por objetivo incentivar a descarbonização na produção de veículos e, para isso, prevê incentivos de mais de R\$ 19 bilhões em cinco anos, além da redução do IPI, para estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para produção de veículos com menor emissão de gases do efeito estufa, como carros e bicicletas elétricas.